

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ENTRE
A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
E
A UNIVERSIDADE DE LISBOA**

A **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, estabelecida na Rua São Francisco Xavier, 524, cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada **UERJ**, representada por seu Magnífico Reitor, Professor Ricardo Vieiralves de Castro e a **Universidade de Lisboa**, doravante denominada **ULisboa**, com sede na Alameda da Universidade - Cidade Universitária -1649-004, Lisboa, representada por seu Magnífico Reitor, Professor António Cruz Serra, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Acadêmica tendo como finalidade regular as relações de cooperação acadêmica entre as partes, delineadas no âmbito dos acordos celebrados entre os Governos do Brasil e de Portugal, obedecendo às seguintes cláusulas:

**Cláusula 1
Das Atividades**

As atividades a serem desenvolvidas no âmbito do presente Acordo de Cooperação consistirão de ações conjuntas envolvendo:

- I - intercâmbio institucional de docentes, pessoal técnico administrativo e discentes de graduação e de pós-graduação;
- II - desenvolvimento de atividades de ensino e/ou pesquisa, relacionadas às áreas de atuação da **UERJ** e da **ULisboa** ;
- III - organização de simpósios, conferências, cursos de curta duração em áreas de pesquisa;
- IV - promoção de atividades e eventos técnico-científicos e culturais abertos à população em geral;
- V - oferta de oportunidade de formação de docentes e pesquisadores, mediante criação de cursos especializados de alto nível;
- VI - oferta de cursos de treinamento e reciclagem, bem como o incentivo à abertura de linhas de pesquisa interinstitucional associadas a programas locais de pós-graduação;
- VII - promoção de publicações conjuntas;
- VIII - promoção de atividades de cunho social, mediante oferta de atividades de extensão;
- IX - intercâmbio de informações pertinentes ao ensino e à pesquisa, em cada instituição.

Cada ação de cooperação estabelecida será programada e formalizada através da assinatura de um Acordo Específico ou Termo Adicional a este Acordo.

Cláusula 2

Dos Compromissos

As Instituições deverão adotar, como princípio geral, a busca do financiamento das ações acadêmicas derivadas deste acordo junto às agências de fomento nacionais ou internacionais, anexado documento comprobatório das agências, quando houver.

Caso estejam previstos a aplicação de recursos financeiros das partes, um plano detalhado de aplicação dos recursos deverá ser obrigatoriamente anexado a este Acordo. E no caso de captação de recursos junto a agências de fomento serão elaboradas planilhas de valores que também deverão ser anexadas ao Acordo.

É da responsabilidade dos estudantes, do pessoal técnico-administrativo, dos professores e dos pesquisadores, exercendo atividades de intercâmbio, obter seguro saúde válido para o período das atividades previstas neste acordo.

Cláusula 3

Dos Produtos Acadêmicos

Quando da execução das atividades decorrentes do presente instrumento de cooperação resultarem produtos, processos ou conexos, aperfeiçoamentos ou inovações passíveis de privilégio, de acordo com a legislação que regule uma ou ambas as Partes, estas estabelecerão, em instrumento próprio, as condições que regularão os direitos de propriedade que serão requeridos na forma da lei pelas duas Partes, conjuntamente, na proporção de sua contribuição para sua consecução.

Cláusula 4

Do Intercâmbio

O intercâmbio se realizará mediante as seguintes condições:

Do intercâmbio de estudantes

O número máximo de estudantes participantes do intercâmbio será determinado por consulta mútua e acordo entre as partes.

Cada instituição selecionará por mérito acadêmico os estudantes que participarão do intercâmbio e cabe à instituição anfitriã emitir a carta de aceite, para efetivação da matrícula;

Os estudantes deverão ter um bom domínio do idioma oficial do país sede da instituição anfitriã;

O período estudado será normalmente de um período letivo ou de um ano acadêmico, podendo estender-se a um período máximo de até 1 ano e 6 meses, quando se tratar de estágio curricular e/ou internato rotatório dos diferentes cursos que possuam ambas as universidades convenientes.

Do intercâmbio de professores

O número de professores por ano será determinado conforme as necessidades e os fundos disponíveis, conforme a cláusula 2;

O período e o número de horas desse intercâmbio para docência e pesquisa serão determinados, por mútuo acordo, entre as instituições participantes, respeitando-se os procedimentos internos de cada uma;

O professor de intercâmbio terá assegurado o direito de utilização das instalações e serviços da instituição anfitriã, respeitando-se as normas e os procedimentos internos.

Cláusula 5 Executores

As atividades realizadas na esfera deste Acordo de Cooperação serão executadas pelos componentes organizacionais de ambas as partes a serem designados, conforme a natureza das ações a se desenvolverem em cada caso, podendo contar com o apoio de outros organismos externos.

Cláusula 6 Da Vigência

Este acordo entra em vigor a partir da última data de assinatura caso as datas sejam diferentes nos dois países, permanecendo em vigor até que uma das instituições signatárias denuncie sua vigência no mínimo seis meses antes da data de sua efetiva rescisão, limitada a sessenta meses de acordo com o art. 57. II da Lei 8.666/93.

Primeiro Parágrafo: Em nenhum caso essa denúncia afetará as atividades que se encontrem em andamento antes da data efetiva de rescisão.

Segundo Parágrafo: Este instrumento tornar-se-á, automaticamente, extinto na hipótese de se darem quaisquer circunstâncias impedoras de sua validade previstas em legislação que regule uma ou ambas as partes.

Cláusula 7 Revisão do Acordo

Para modificar o presente Acordo será firmado um Termo Aditivo por ambas as partes.

Cláusula 8 Solução de Controvérsias

A resolução de possíveis controvérsias inerentes à interpretação e execução do presente instrumento se transferirá a uma comissão paritária formada pelos que assinam o presente instrumento ou pessoas a quem lhes delegue, sem custo para ambas as partes.

Cláusula 9 Direito Brasileiro – Atribuições da UERJ

A UERJ providenciará a publicação resumida do respectivo instrumento no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, nos termos da legislação brasileira.

O presente instrumento ficará arquivado na UERJ, à disposição das equipes de inspeção do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, como determina o Artigo 1º, da Deliberação nº 244, de 18 de dezembro de 2007.

Este instrumento de cooperação deverá ser submetido à homologação do Conselho de Curadores da UERJ, nos termos do Artigo 3º - inciso VI do Provimento nº 3, de 24 de julho de 1992.



E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma,

Data 06/08/2015

Reitor da UERJ:

[Redacted Signature]

Professor Ricardo Vieira Alves de Castro
Paulo Roberto Volpato Dias

Reitor em Exercício

Testemunhas:

[Redacted Signature]

Nome: Cristina Russi G. Furtado
Cargo: Diretora DCI / 882 / UERJ
Matr. 33264-3

Data 06/08/2015

Reitor da ULisboa:

[Redacted Signature]

Professor António Cruz Serra

[Redacted Signature]

Nome: Ana Maduro
Cargo: Administradora